

Imaginário da tensão entre o Aiyê e o Orun, as faces da pesquisa sobre afrodescendentes

Cláudio Baptista Carle *

Há alguns anos atrás terminei uma Tese que tratava de quilombos e me guiava pela ideia que era possível compreendê-los por sua religiosidade, mas não conhecia quase nada do Imaginário de Gilbert Durand¹ no qual me concentro atualmente. Um dos capítulos desta Tese tem o nome similar ao título deste trabalho. E vale a pena revê-lo a luz deste novo universo de pensamento. Arqueologicamente estes estudos no Brasil são raros, mas não é de arqueologia que vou falar, mas é fruto dela que falo. A dinâmica de africanos e descendentes no Brasil Meridional tem uma ótima referência no trabalho de Marco Aurélio Luz, cujo título é *Agadá, ou seja a espada de Xangô, a espada da Justiça*. Com este autor troquei meia dúzia de palavras sobre a necessidade de se estudar os arquétipos² que a definem. A resposta foi incisiva, já existe. Tratei o mesmo tema com o grande cientista Muniz Sodré, o qual achou fundamental, mas para o qual não possuía tempo. Pensando no texto de Luz o que vemos é que a Justiça é tendenciosa, em toda a sua ação é antagônica, pois não proíbe a discriminação e a executa. A escrita acadêmica não faz justiça ao conhecimento africano no Brasil.

Luz indica que

Nas sociedades africanas, a religião permeia toda a organização social. Não há instituição que não participe, de uma maneira ou de outra, de

* Bacharelado em Antropologia e Arqueologia; LÂMINA - Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica ; GEPIEM - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Imaginário, Educação e Memória ; Mestrado em Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia – PPA ; Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPMSPC ; Departamento de Antropologia e Arqueologia - Instituto de Ciências Humanas - ICH - <http://www.ufpel.tche.br/ich/> - Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Rua Alberto Rosa, 154 – sala 136; 96010-770 Pelotas RS ; BRASIL - Fone: 053- 3284.5531

¹ DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

² DURAND, 1997.

influência dos sistemas religiosos, muitas vezes quase que teocráticos, como nas culturas yorubá e fon³

Concordando com isso vemos que para estudar a África no Brasil, ou seja, a dinâmica das populações africanas no Brasil, deve se encontrar os entrelaçamentos com o conhecimento étnico - religioso dos grupos que para cá foram trazidos, mesmo que lhes tenham sido impostos novas visões de mundo. A princípio me parecia apelativo demais realizar tal inferência, mas depois de reconhecer nos seus assentamentos, tanto no que restou fisicamente deles quanto nos ditames atuais de sua organização social, mesmo entremeada pelo processo neoliberal - urbanizado - contemporâneo, que estas são de estrutura bem regrada e sua perspectiva é de manter permanente o seu habitat. O mito⁴ deve ser compreendido como em oposição à ideologia que é um interesse particular de um pequeno grupo que tende a ser implementada como interesses de todo o grupo, este é produto coletivo e coletivamente apropriado⁵. Mas o mito também é que permite a ideologia. O mito social que permite a dominação e a continuidade do poder neoliberal, mesmo na academia, é o mito de uma democracia que atinge a todos.

O nagô, como os falantes da língua Yorubá ficaram conhecidos no Brasil, expressa esta visão mítica através da tensão entre o Aiyê (mundo) e o Orun (além mundo), na própria essência do estar vivo⁶. Aiyê este que é permeado pela ideologia, mas que para os africanos só pode ser vivido se relacionado com o Orun. O mito é mais importante que a ideologia para o africano e a cultura dominante, representada pela ideologia, pressupõe uma integração fictícia da sociedade no seu conjunto, esta falsa consciência das classes dominadas⁷. O africano como classe dominada em toda a história brasileira busca a integração pela manutenção do mito na relação Aiyê – Orun.

“Assentamentos negros no Rio Grande do Sul. A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX” (tese) foi uma proposta embasada em estudos de oito anos, em vestígios de comunidades de matriz africana que se estabeleceram em diversos pontos da área do território do Rio Grande do Sul em especial em três assentamentos⁸, quais sejam: o abrigo do Monjolo, a Ilha do Quilombo e a

³ LUZ, Marco Aurélio. *AGADÁ, Dinâmica da civilização africano-brasileira.*, Salvador:SECNEB/CED-UFB, 1995. p. 34

⁴ DURAND, 1997, p. 24.

⁵ BORDIEU, Pierre *O poder simbólico*. 4ª ed., Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2001. p. 10

⁶ LUZ, 1995:34

⁷ BORDIEU, 2001:10

⁸ Utilizo com melhor propriedade palavra assentamento do que a palavra sítio. Sítio é um termo mais usual na arqueologia. O uso de assentamento poderá proporcionar uma discussão mais profunda sobre o que é um sítio no sentido de espaços ocupados em período histórico, e que em muitos casos ainda continuam sendo utilizados pelos descendentes ou por outros grupos

localidade do Paredão. Até aquele momento não existia nenhum trabalho arqueológico de vulto sobre este tema no Estado do Rio Grande do Sul⁹.

Os estudos possibilitaram entender mais profundamente as características de um processo de exclusão que já duram quinhentos anos. Com outros pesquisadores fundamos, dentro da Associação Nacional de História (ANPUH), o Grupo de Trabalho - “Negros: História, Cultura e Sociedade” -, GT este que tinha como propósito inicial preocupar-se com todos os problemas que envolvem as comunidades afrodescendentes, desde questões históricas até questões sociais atuais. Fomos acusados por dois dos integrantes do grupo¹⁰ de promovê-lo, aproximando-o demais do Movimento Negro, e mesmo de nos afastarmos das “purezas” acadêmicas da ciência histórica. O que se percebe nesta atitude é o romper com o pensamento inicial do próprio grupo, e mais romper com o pensamento africano, quebrando a relação Aiyê – Orun, e buscando antepor a cultura da classe dominante, a ciência que pode ser entendida como manifestação ideológica desta. Lembremos Juremir Machado da Silva quando este indica que os cientistas são movidos por ambições e paixões, “isso é o imaginário. A ciência avança em clima de concorrência, de competição...”¹¹. Gostaria de lembrar Rubem Alves¹² que compara a ciência aos estômagos das vacas:

(...) tem um estômago especializado que só é capaz de digerir um tipo de comida. Se eu oferecer à ciência uma comida não-apropriada ela a recusará e dirá: ‘Não é comida’. Ou, na linguagem que lhe é própria: ‘Isso não é científico’. Que é a mesma coisa. Quando se diz: ‘Isso não é científico’ está-se dizendo que aquela comida não pode ser digerida pelo estômago da ciência.

humanos. O termo sítio é equacionado para sítios pré-históricos apresentando restrições para o uso em espaços históricos, restrições estas legais e teóricas que pretendemos também discutir em nosso trabalho.

⁹ Hoje integro o projeto “Pampa Negro” coordenado por Lucio Menezes, na região meridional do Estado, que atua neste sentido.

¹⁰ A manifestação destes dois integrantes do grupo que exigiam uma postura dura da direção da ANPUH Regional, que me coibisse à aproximação que já vinha promovendo com a comunidade afrodescendente, buscando responder aos seus apelos, enquanto grupo aliado do processo, a qual respondia com certa preocupação, pois não entendiam o que estes queriam, pois parecia ilógica tal explanação. Perante tal alegação e apesar de ter sido o responsável por muitas atividades junto a comunidade acadêmica principalmente no que se refere à relação discriminatória sofrida pelos afrodescendentes sendo o organizador de vários eventos, pedi o meu afastamento do grupo. Logo após fundamos, eu com outros colegas, oriundos deste grupo e com de outras áreas de investigação, o GT Identidades Étnicas (ANPUH-RS), para que as discussões se ampliassem na interação com as outras etnias, GT em que atuo na atualidade.

¹¹ SILVA, Juremir .M. [2003] *Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito* Disponível em <http://leandromarshall.files.wordpress.com/2008/01/tecnologias-do-imaginc3a1rio1.pdf> acesso em abril de 2012, p 4

¹² ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo, SP: Loyola, 2003. p. 90

Muitas vezes as ciências não podem responder problemas sociais imediatos e pesquisadores preocupados com estas questões, não falarão mais a língua da competição científica para buscar responder tais questões. A interferência do sistema mítico atual no sistema mítico do grupo em estudo muitas vezes não é percebida. Os pesquisadores do presente são marcados por seus mitos e não conseguem efetivamente articular o pensamento através do universo do outro em estudo¹³.

O processo instigante de demonstrar como a sociedade apresenta resistência ao rompimento com a discriminação levou-nos novamente a outro conflito, desta vez uma aluna universitária, que com o uso de calúnia e na busca da difamação, promoveu um manifesto público contra atividades educacionais que promovíamos. Atividades estas que são comuns nos cursos de história, chamadas de “Julgamento Simulado da História”. Este julgamento é realizado com a composição de dois grupos de alunos um que defende uma tese e outro que se opõe a ela. Neste caso por escolha dos integrantes foi trabalhada, na Formação do Povo Gaúcho, com a influência ou não do afrodescendente nesta formação, onde parte dos alunos valeram-se dos falsos conceitos criados no final do século XIX para justificar a exclusão “racial”¹⁴. O exercício é controlado e é fruto de avaliações anteriores e posteriores, mas a aluna, por não entender minimamente a didática proposta, alegou que promoção do racismo. Com isto abriu-se inquérito civil e investigação preliminar criminal, o qual não identificou racismo algum. É interessante indicar que o Prof. Dr. Moacyr Flores, alertava para tal possibilidade.

As faces do pesquisador que busca inteirar a sociedade sobre os problemas claros que a limitam na atualidade impedindo o seu desenvolvimento torna-o suscetível de tais críticas e difamações. O pesquisador Roger Costa da Silva¹⁵, afrodescendente, escreveu sua dissertação de mestrado que trata sobre o uso de venenos e drogas pelos africanos e afrodescendentes durante o período da

¹³ DURAND, 1997.

¹⁴ Racial é empregado aqui para identificar um conceito de raça utilizada para os seres humanos, que para mim são incongruentes, mas que são utilizados até hoje para dividir a raça humana. Assim entenda-se a divisão dos seres humanos por “*agrupamentos naturais de homens, que apresentam um conjunto de caracteres físicos hereditários comuns, quaisquer que seja, por outro lado, as suas línguas, os seus costumes ou as suas nacionalidades*”(VALLOIS, Henri-V. *As raças humanas*, 3ª ed., Coleção Saber Atual, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. p. 8). Pare este autor a questão do físico deve ser explicitada, considerando entre elas se a “*sua inteligência é flexível e desembaraçada ou, ao contrário, lenta e preguiçosa*”, este é um ponto nevrálgico das discussões tendo em vista a perspectiva que o desenvolvimento cerebral é igual em todos os seres humanos submetidos a iguais condições de existência incluindo de maneira fundamental o processo cultural, mas para autores como este estas características físicas hereditárias é que são os marcadores raciais típicos seguindo quatro categorias básicas, os caracteres anatômicos, os fisiológicos, os psicológicos e os patológicos. As diferenças físicas é que permitem criar diferenças discriminatórias.

¹⁵ Publicado pela EDUCAT, Pelotas, em 2001, sob o título *Muzungas: Consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828 – 1888)*.

escravidão¹⁶. O MNU de Rio Grande entrou no Ministério Público contra o mesmo considerando que as suas descrições, que foram baseadas em documentos armazenados nos arquivos, como pejorativas e discriminatórias. As propostas ideológicas e não afeitas à relação Aiyê – Orun, nortearam tal ação do Movimento. Movimento este que perdeu o sentido do ser africano no Brasil, onde o mito¹⁷ do Ori - a cabeça, na relação com o Ipori ou Oke ipori - a matéria que é feita à própria pessoa. Perdem-se em questões ideológicas fúteis e sem nenhum embasamento, pelo menos nas relações existenciais africanas.

O Dr. Daniel Schavelzon, conta que na Argentina aconteceu um caso bastante grave com um pesquisador que escavou um cemitério de afrodescendentes em Buenos Aires¹⁸. Este pesquisador, Manuel Bousquet, resgatou uma grande quantidade de vasilhas rituais, neste cemitério, e as dispersou entre os museus da Província. Um grupo de pesquisadores reuniu-se para analisa-las, posteriormente, considerando-as falsas, sendo que as vasilhas foram destruídas e algumas, o pesquisador guardou em casa, que quando jovem Daniel Schavelzon comprou da viúva do mesmo, as que haviam restado, e recentemente descobriu que se tratavam de vasilhas verdadeiras. Às vezes a ciência não consegue promover a verdade e as injustiças ocorrem.

Os estudos de comunidades afrodescendentes vêm comprovando que o ocultar da verdade tem sido a constante. É importante retomar alguns modelos ideológicos que marcam a estigmatização dos afrodescendentes no sentido de compreender como a cultura dominante interfere na produção textual da comunidade científica e que torna relevante a tentativa de contrapor este modelo de escrita.

A dificuldade muitas vezes ocorre pela tentativa de minimizar os efeitos sócio-culturais ocorridos entre estes indivíduos que tiveram que se moldar aos ditames de uma sociedade pouco preocupada com os parâmetros organizacionais destes indivíduos. Muitas vezes chegou-se a argumentar que os africanos e afrodescendentes não participaram da formação do povo gaúcho.

Dentre as várias diferenças socialmente produzidas no Brasil, procurou-se focar aqui o significado do ser negro num contexto de explícito desprivilegiamento, seja através da ideologia do branqueamento, seja através das práticas de discriminação cotidianas. Esquecidos pelas políticas públicas e pelas pesquisas científicas, os negros deixaram de fazer parte, ou talvez nunca fizeram, do perfil étnico da região Sul, de sua

¹⁶ O mais completo trabalho já escrito sobre este tema no Sul do Brasil defendido no PPH/FFCH/PUCRS

¹⁷ LUZ, 1995:52-3

¹⁸ CARLE, Cláudio B. *Assentamentos negros no Rio Grande do Sul. A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX.* (tese), Porto Alegre: PUCRS-IFCH-PPH, 2005.

identidade. Ou porque foram segregados social e espacialmente, de modo a serem tratados como não existentes.¹⁹

Se a construção dessa identidade tende a exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos descendentes dos colonos alemães e italianos, ela o faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e índio.²⁰

Mesmo hoje em dia, quando se fala do Rio Grande do Sul, menciona-se pouco a presença do negro e de sua cultura.²¹

O discurso apresentado não contrapõe o pensamento científico até o momento elaborado, mas corrobora. A construção ideológica de quem é o gaúcho com o tempo evidenciou o “branco”, conferindo-lhe sempre um status de superioridade, onde também a cor da pele indicaria a sua competência intelectual, em detrimento das comunidades e indivíduos em que a cor de pele tonaliza para o preto.

Com base nos estudos darwinianos (...) pensadores como o francês Joseph-Auguste de Cobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Steward Chamberlain, utilizaram a teoria da seleção natural, dentre outros argumentos, para tentar explicar a sociedade humana. Eles concluíram então que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos. Os fortes teriam herdado certas características que os tornavam superiores e os autorizavam a comandar e explorar outros povos. (...) portadores de pele escura (os negros e os não-europeus)= raça inferior; portadores de pele alva (os brancos)= raça superior. O negro seria preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar. Já o branco seria empreendedor, disciplinado, inteligente.²²

(...) cumpre atender para o fato de que a defesa da paz social, que se pretendia pôr em prática, não proscovia o negro da vida social normal. Na verdade, ela respondia a um velho ideal, reiteradamente negligenciado, de associar a preparação completa do negro e do mulato, para seus deveres profissionais e cívicos, à sua ascensão irrestrita como homem livre. Supunha-se que esse seria o caminho mais seguro para proteger o negro e para resguardar os interesses da sociedade²³

Não é preciso determinar quais as características que tipificaram o africano no Brasil e que determinaram seu processo de exclusão, torna-se mais difícil é decompor este pensamento tendo em vista as lutas econômicas e sociais que a partir desta tipificação se sucederam. O discurso ideológico de que branco é paternal promotor do desenvolvimento, o negro forte bom para o trabalho braçal que ajuda este processo, em separação a um país de mestiços que necessitam

¹⁹ LEITE, Ilka B. (Org.) *Negros no sul do Brasil*, Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1996. p. 9.

²⁰ LEITE, 1996, p. 15 e 25.

²¹ LEITE, 1996, p. 27.

²² BENTO, Maria A S. *Cidadania em preto e branco*, Ed. Ática, SP, 2001. p. 25.

²³ FERNANDES, Florestan “O mito da democracia racial” In.: SEFFNER, Fernando. *Presença negra no Rio Grande do Sul* EU/Porto Alegre:Porto Alegre, 1995. p. 23.

tornarem-se mais claros, fomentou e fomenta a falsa consciência²⁴ que até hoje aparece na sociedade. Um discurso dúbio onde se defende os direitos dos afrodescendentes legalmente através da constituição e legislação específica, mas descarrega legitimações a cada dia criando distinções hierárquicas entre indivíduos de cor de pele diferentes com primazia para o branco. O discurso é antigo, mas permanente. A posição de trabalhador natural e de boa índole constituída na figura do ladino²⁵ transfigurou-se na malandragem e perversidade do mulato²⁶, pois não está enquadrado dentro de um ou de outro modelo socioeconômico. O reflexo desta exclusão pode ser visto de várias maneiras.

“Em 1990 a probabilidade de ingressar na escola era de 85% pra a população branca, 65% para a preta e de 66% para a parda. Apenas 18% dos pretos e 23% dos pardos que terminavam o 2º Grau tinham chance de entrar para a universidade, contra 43% dos brancos”²⁷. O pensamento que possibilitou esta taxa tão aberrante é que a constituição de uma baixa estima. Esta construção social que determinou a falta de referência dos descendentes de africanos no Brasil determinou sua conduta. Criou-se uma figura estilizada do afrodescendente a possibilitou sua exclusão e vínculo imediato com os distúrbios sociais. “Outro vício de quase todos os negros é a propensão para furtar. Parece que não tem noção de honestidade e direito.”²⁸

O presente pensamento, formulado a mais de 150 anos, em pouco se alterou na sociedade. As construções realizadas a partir disto interferem diretamente nas ações policiais daquele tempo e sua perpetuação até hoje. A exclusão atinge até hoje as formas de manifestação religiosa. “Opõem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos e escravas, ... e dizem que os não o casam porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonhas ou com feitiços, não faltando entre eles insignes nesta arte”²⁹.

“Já as suas danças, como tivemos ocasião de referir, não merecem louvor, pois mais têm que ver com os faunos do que com Terpsícore”³⁰. Esta disposição

²⁴ BORDIEU, 2001, p10

²⁵ Que representava o escravo com habilidades podendo ser mais bem empregado junto a casa na fazenda e na cidade e nas lidas artesanais / industriais na cidade, mas que hoje aparece como sinônimo nos dicionários, de um indivíduo ardiloso, espertalhão, finório, astuto, esperto, manhoso, sabido, sagaz.

²⁶ Cabe ressaltar que o termo “mulato” vem de Mula, animal parido da relação entre duas espécies de animais diferentes a égua e o burro, sendo um animal estéril e impossível de se auto gerar. Pensamento este vinculado a questão mestiça do mulato.

²⁷ PORTILHO, Edison *Semana da consciência negra 2002*, PT: Porto Alegre, 2002. p 12.

²⁸ Diário do alemão Carlos Seidler -1822-32 / BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)*, Grafosul – IEL: Porto Alegre, 1976. p. 36

²⁹ Padre João Antonio Andreoni – 1711 - FREITAS, Décio *Escravidão de índios e negros no Brasil*, ICP/EST:Porto Alegre, 1980. p. 146

³⁰ Diário do alemão Carlos Seidler -1822-32 - BENTO, 1976, p. 36

figurativa direta das manifestações religiosas dos africanos no Brasil possibilitou e possibilita que a população critique imediatamente este acervo cultural. Não obstante a isso a procura pelas soluções propostas por esta relação com o espiritual levou a grande maioria da população brasileira a no mínimo propor defesas em relação aos possíveis efeitos desta ou mesmo as possibilidades de cura que a manifestação representava. A crítica da Igreja Católica era ampla, mas em virtude do jogo de formas criado pelos seus protagonistas lhes permitiu manterem aos olhos da cristandade tal manifestação. A sua permanência até a atualidade levou a Igreja a manifestar-se de maneira a incluí-los dentro de suas manifestações populares, assim vemos a umbanda como uma manifestação popular de catolicismo conforme os estudos da década de 60 no Brasil. O efeito deste processo não é sentido somente aqui, mas também na África como demonstra os estudos teológicos dos processos cristãos entre os Bantu ³¹. As igrejas pentecostais atuais ao proporem o combate a estas manifestações religiosas as reproduzem, colocando obviamente outro conteúdo mítico nas suas realizações. Perpetuam mesmo assim os atos e pensares africanos no Brasil deturpando sua origem e significados.

A perpetuação e amplitude em que estas manifestações ocorrem em época da escravidão levavam a elite a refletir sobre a possibilidade de permanência destes rituais no interior dos seus processos de reverências religiosas.

Ao som de instrumentos nativos (ganzás, tambores, marimbas e urugunngos e outros), os negros dançavam repetindo ‘bailados das terras de origem’. ... particularidade desagradava ‘ver as suas bestas de carga se cansando à toa, nas umbigadas de noite adentro; isso lhes tirava a energia para o trabalho’³²

Os indivíduos construía suas atitudes conforme um pensamento comum e estruturado nos ditames da Igreja Católica, ditames estes que proporcionaram também estudos filosóficos e, por conseguinte, científicos. As caracterizações são contínuas e as pechas efetivadas todos os dias dando o caráter subalterno aos africanos e seus descendentes. “O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais, que lhe amaciou a terra, que lhe fecundou a riqueza das manchas de massapé. Vieram-lhe da África donas de casa para seus colonos sem mulher branca, ...”³³

A escrita sobre os africanos no Brasil muitas vezes tornou-se um pensar folclórico constituindo a visão com uma máscara de exotismo que não explicava de

³¹ MASABO, Dámaso. *Hácia el drama de los Grandes Lagos (1993-1997). Hacia la teología Bantú del sufrimiento*. Universidade Pontificia de Salamanca – Facultad de Teología, Salamanca, 2002.

³² MACHADO, Nara H. N. - *A Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos* In.: Maestri, Mário (org) Anais do I Simpósio gaúcho sobre escravidão negra - IN *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. XVI, n 1 e 2, 1990. p. 190.

³³ BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)*, Grafosul – IEL: Porto Alegre, 1976. p. 23.

forma contundente o que acontecia com estes indivíduos e lhe davam formas quase caricaturais.

... poderíamos dizer dos stocks negros presentes no Brasil: Minas, bravos guerreiros. Ardas, guerreiros intrépidos e péssimos escravos agrários. Angolas, robustos e resistentes ao trabalho. Os Congo, os Sombrenjes e os Angolas, bons para o trabalho no campo. Os guiné, Cabo e Serra Leoa, maus escravos, porém bonitos, principalmente as mulheres e, por isso, preferidas para serviços domésticos...³⁴

O estudo apresenta de forma implícita e muitas vezes explícita a forma de pensar dos africanos e muito mais dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul. As abordagens que tentarei expor buscará também romper com expressões firmes em relação a estes indivíduos os determinando com inferiores ou marcadamente possuidores de uma fraqueza social.

Nenhuma investigação econômica séria deixará de situar na escravatura as raízes do atraso brasileiro. Pois o povo de um dos maiores e mais ricos países do mundo, depois de haver produzido durante três séculos várias e grandes riquezas dos tempos modernos, ingressou no século XX como um dos mais deserdados que se conhecem.³⁵

É minimamente desonesto considerar que é possível ainda manter este tipo de explicação que os livros trazem sobre a história econômica brasileira. História econômica esta balizada sim pelo processo escravista que determinou uma série de imposições econômicas da metrópole sobre a colônia e que determinou sim a constituição de uma cultura econômica de exportação onde a dinâmica do mercado interno é considerada uma falácia. A verdade é que tal política de exportação até hoje imposta pelo mercado globalizado e de certa forma proposta pela elite nacional é que determinante do processo de dependência e criando um país de deserdados. Deserdados por negarem sua origem indígena, de uma cultura de produção voltada para abundância, sua origem africana, dos grupos trazidos pela força ao Brasil e que praticam aqui seus modelos socioeconômicos marcados pela religiosidade e pela percepção das forças da natureza. Por uma sociedade branca pobre e deserdada de suas terras de origem conformadas em latifúndios, pós-revolução agrícola e industrial na Europa.

A sociedade que renega sua identidade mestiça nega também sua forma de produção, não só de produção econômica, mas também de produção de saberes. Este desenraizamento desenvolvido pelos nossos próprios pensadores eternamente agarrados em uma possível superioridade dos países europeus ou norte americanos nos leva a sentirmos que não temos capacidade geradora. As nossas ideias surgidas no meio social não “ilustrado pelo conhecimento europeu” não é entendida e é colocada como um processo e desmerecimento da nossa sociedade. A própria

³⁴ BENTO, 1976, p. 25

³⁵ FREITAS, Décio *O escravismo Brasileiro*, ESTSLB/Vozes/ICP:Porto Alegre, 1980. p 12.

história da escravidão demarca a forma de entendimento da população de maioria de origem africana. Mostrada então como no passado como quase inumana e irracional.

“Em primeiro lugar, sua despersonalização. Capturado, o africano – comprado, vendido, hipotecado, alugado, legado, incapaz de diálogo e sem vontade própria – torna-se um animal de carga e gera a dúvida sobre se ele possui uma alma imortal, como a Igreja lhe reconhece”³⁶. A prerrogativa da sociedade científica hoje, e principalmente das ciências humanas deve propor a formação de um pensamento genuinamente nacional, como o pensamento proposto pelos educadores Rubem Alves, Paulo Freire, e outros que entendem que o pensamento produzido no seio da sociedade representa as suas vontades e os objetivos que devem ser traçados para a formação de um país. Os exemplos externos são grandes e percebemos que a autodeterminação das ditas “grandes nações” só foi possível pelo reconhecimento das vontades internas, por meios mais ou menos baseados nas vontades da maioria.

O discurso acadêmico brasileiro hoje deve romper com os princípios vindos e entendidos pelo olhar do outro, deve minimamente entender o olhar interno. Mesmo na Arqueologia, que normalmente trata de grupos diferentes, e às vezes desconhecidos, dos nossos é possível romper com a lógica da cópia descontextualizada dos pensamentos europeus e americanos. Deve buscar entender e criar os modelos a partir de nossa própria visão, não rompendo com o conhecimento já acumulado pelas outras nações, mas superando-o com um conhecimento produzido por nós mesmos, em português do Brasil. Esta discussão aconteceu claramente e com representação de diversos países da América Latina (México, Colômbia, Uruguai, Argentina, Brasil) na reunião da SAB em São Paulo, em 2003, na Conferência de Gustavo Poetes (argentino) sobre a História da Arqueologia Americana.

Quando o pesquisador sensibilizado por este tema parte para a ação e tendo como foco de pesquisa as parcelas da população cuja história não é escrita por eles mesmos, mas por uma elite intelectual voltada ao pensamento europeu nos deparamos com reproduções do processo de dominação.

As temáticas sobre o africano e descendentes no Brasil ao tomarem o impulso pós 1988, com toda uma legislação que exige medidas mitigadoras dos efeitos sociais acarretados sobre estes demandou uma imensidão de trabalhos que no final perpetuaram o conhecimento até então produzido. A antropologia então tentou superar estes problemas criando novos rótulos para estas comunidades.

Os afrodescendentes perdem parte de sua história, tornados invisíveis, pela falta de pesquisas que tratem das estratégias de persistência e fixação na terra, baseadas nas atividades sociais e econômicas que possibilitaram esta fixação. A

³⁶ MATTOSO, Kátia *Ser escravo no Brasil*, Ed. Brasiliense:SP, 1982. p. 12.

arqueologia, ciência que identifica e (re) constrói cotidianos, no estudo das “terras de pretos”³⁷, no RS, pode entender o processo da persistência do grupo e seus deslocamentos, na tentativa de manter sua organização e resistir à desagregação.

Os africanos e descendentes excluídos do processo de repartição de terras, passaram a viver à periferia destas, em terras devolutas e em favelas junto aos meios urbanos. Em alguns casos, compraram pequenos lotes e faixas de terras em áreas de pouco interesse econômico (Ilha do Quilombo em Porto Alegre), e raramente receberam terras em áreas de seus antigos senhores como herança ou como doação, em retribuição por serviços prestados (a exemplo de Casca, Mostardas, e Paredão, Gravataí). As terras compradas ou mesmo de recebidas de herança ou doações são até hoje contestadas, servindo para disputas e conflitos pela terra, fazendo parte da atual luta dos afrodescendentes, iniciada em seu raptó escravagista.

O estudo deste problema que vem se avolumando e, também, em função da Constituição Federal, de 1988, leva-me a identificar que a disputa pela territorialidade negra é uma perspectiva importantíssima para a atuação da intelectualidade. É importante o papel deste tipo de trabalho na definição de “terras de pretos”, onde seu alcance atualmente, não pode ser estimado. Com certeza com a ampliação destes estudos teremos mais resultados que possam caracterizar a importância social da arqueologia.

O afastamento lesivo que a academia vem realizando em relação as questões sociais, está diretamente ligada a crise conceitual que passam as ciências humanas, fortemente relacionada a perda de contato com a sociedade e com seus anseios. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter-étnicas (NUER) da Universidade Federal de Santa Catarina, marca sua atuação pela retomada deste contato. Ao propor ir adiante na noção de "remanescente" ou "remanescente de quilombo", o NUER, adverte que a territorialidade dos afrodescendentes no Sul do Brasil é como um processo de conflito com duplo significado. Primeiramente a ideia de exclusão dos afrodescendentes, a marginalização, a invisibilidade; em segundo lugar a resistência, a etnicidade, a segregação evidenciada nos processos sociais. Para o Nuer, o território é a expressão de relações produzidas no “campo político onde as diferenças são potencializadas como critérios de inclusão/exclusão”. Entende que os afrodescendentes sofreram no contexto das relações interétnicas, na inserção na terra recortada para fins de colonização, sendo ocupada segundo critérios de proveniência dos grupos, propiciaram a marginalidade e a pobreza, e assumiram estratégias e linguagens de outras minorias excluídas, como índios e caboclos. Entende que o território afrodescendente constitui a dimensão simbólica e revela-nos um outro mapa das relações interétnicas. Assim, uma “nova cartografia onde os negros também passam a fazer

³⁷ O termo “terras de pretos” é uma definição usada pela Fundação Palmares para identificar as terras tradicionalmente ocupadas por descendentes de africanos no Brasil.

parte do perfil étnico”, evidencia um quadro político ainda desconhecido e até o momento inexplorado pelas pesquisas sociológicas e antropológicas³⁸.

Os estudos destes locais de refúgio dos afrodescendentes tem uma amplitude maior no que se refere a conceituação de seu status enquanto local de esconderijo. A denominação de quilombo existente até o momento não abarca a complexidade das formas de acantonamento dos escravos que se escondiam entre os seus companheiros de cor de pele, já libertos, instituindo um novo tipo de quilombo.

A propósito deste tipo de organização poderíamos utilizar variadas designações, tais como, redutos, latibulos, guaridas, refúgios, reconditórios, abrigos, recôncavos, ancoretas, etc. . O certo é que deverá haver várias discussões ainda sobre estes processos dentro do período escravocrata, sendo que não foram somente em áreas rurais, mas homeziaram-se também em áreas urbanas. Este projeto visa entender estes locais, valendo-se de estudos locais específicos que determinem as formas de organização destes.

Um espaço social específico, que tem uma inscrição territorial, geográfica e simbólica, parece informar, entre outros, sobre processos segregativos, relações interétnicas e especialmente sobre a forma organizacional construída a partir de referenciais auto-organizativos de exclusão/inclusão, sejam estes fundados no parentesco, na religião ou na vivência e criação de um repertório cultural comum que é compartilhado, passando estes a serem constitutivos de um grupo étnico³⁹

O que vemos, na atualidade, é o Rio Grande do Sul aproximando-se das discussões arqueológicas e antropológicas sobre o afrodescendente urbano e rural. Através da arqueologia histórica três áreas referentes a ocupações pré-libertação⁴⁰ dos escravos fugitivos no Rio Grande do Sul, considerando-as estudos de casos para uma compreensão maior sobre este tipo de assentamento.

A primeira área corresponde à localidade conhecida como Ilha do Quilombo, que foi investigada em projeto específico de dois anos patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Neste estudo inicial identifica-se o assentamento de afrodescendentes fugitivos. No dia 22 de dezembro de 1995 em reunião com a Coordenação da Memória da Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foram definidos os pontos de atuação do Projeto de Levantamento, Escavação e Valorização dos Sítios Arqueológicos Históricos de Ocupação de Escravos Fugitivos, na Antiga Ilha dos Quilombos, no Município de

³⁸ Site Nuer: www.cfc.ufsc.br/~nuer/

³⁹ SILVA, Joseane Ambrunhosa de “A Casca: Herança e territorialidade” In LETTE, Ilka Boaventura *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis/Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p. 82.

⁴⁰ Utilizo o termo pré-libertação, pois a ideia de liberdade implementada pela Lei Áurea é identificada pelas comunidades ex-escravas no Brasil como a Libertação.

Porto Alegre - RS. Foi realizado a avaliação do potencial arqueológico da área da ilha, hoje incorporada pela Ilha das Flores, através de pesquisa histórica, cartográfica, aérea, entrevistas e reconhecimento em campo. Foram entrevistados historiadores do Centro de Pesquisa Histórica da SMC - PMPA que pesquisaram sobre o assunto e com a comunidade local da Ilha do Quilombo, estes forneceram uma rica informação sobre a existência do mesmo. Após dois anos de estudo foi possível definir um ponto nesta área como um assentamento de negros fugitivos.

Outra área corresponde a um antigo assentamento de afrodescendentes no limite entre os municípios de Gravataí e Taquara, na localidade rural de Paredão. O vereador Jairo Santerra, da cidade de Gravataí, ligado ao Movimento Negro, e a estudos de assentamentos afrodescendentes no Rio Grande do Sul, relatou da existência de uma comunidade afrodescendente na área rural do município, o que suscitou o interesse visto estarmos encaminhando investigação deste tipo de assentamento em outros pontos do Estado. Em uma análise, junto com a historiadora Jane Rocha de Mattos, de alguns autores conhecidos que tratam da presença afrodescendente neste município, identificamos, a princípio, que a antiguidade desta comunidade é anterior a abolição da escravatura e possivelmente relacionada a um quilombo⁴¹.

A Comunidade Negra de Casca, também estudada, atualmente o primeiro quilombo demarcado no Rio Grande do Sul, foi historicamente formada por uma “deixa de terra”, isto é, uma terra deixada em herança pelo proprietário aos seus escravos alforriados. Está localizada a margem da estrada que liga Palmares do Sul a Mostardas, ocupando extensa faixa de terra entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, e que vem sofrendo perdas sucessivas por ação criminosa de posseiros e especuladores imobiliários. Identifiquei o cemitério dos afrodescendentes de Casca, Mostardas, abandonado a mais de 50 anos, como um sítio arqueológico. Os afrodescendentes herdeiros da Casca ocupam há muito tempo aquela região, com certo isolamento, configurando um “espaço étnico diferenciado”.

O caso do abrigo do Monjolo, área de maior escavação em quilombo no Estado. Este quilombo encontra-se em um abrigo sob rocha, que apresenta arqueologicamente reconhecida uma ocupação de oito mil anos de comunidades de caçadores coletores, tendo sobre esta a ocupação de africanos do século XVIII, e atualmente sendo uma gruta utilizada como templo da igreja católica, com um pequeno santuário a Nossa Senhora da Saúde. Esta área foi escavada em grande parte tendo um vestígio bastante importante para a história do africano no Brasil, tendo em vista a presença da cerâmica com traços Bantu.

⁴¹ Em informação oral: o Prof. Moacyr Flores afirma que esta localidade corresponderia a uma deixa de terra de fundo de campo, de fazenda da região.

A Assembleia Nacional Constituinte⁴², fruto da pressão social contra a discriminação racial e buscando evidenciar este problema, durante alguns meses, entre 1987-88, discutiu a questão no Brasil, determinando que a discriminação racial é crime. Mesmo assim muitos são os casos levados a justiça e que os nossos juristas teimam em afirmar que não existe discriminação racial no Brasil. A Constituinte reconheceu, também, a necessidade de preservar fisicamente os remanescentes de quilombos com ganhos em relação a esta questão. O Artigo 68 da Constituição Federal, de 1988, indica que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A partir da promulgação da Constituição os estudos destas comunidades intensificaram-se, sendo que alguns laudos resultaram em demarcação e titulação coletiva das terras.

Em 1995, a Fundação Cultural Palmares, publicava em 22 de agosto a Portaria nº 25, de 15 de agosto, na qual tratava de determinar as formas de proceder para delimitação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, “Terras de Preto”⁴³. Neste sentido deveriam ser formados Grupos Técnicos, designados pelo presidente da Fundação Palmares. A Constituição Federal de 1988 distinguiu que comunidades remanescentes de quilombos são aquelas que apontam para uma identidade étnica de predominância afrodescendente, localizadas, em sua maioria no contexto rural - a um regime especial, ou seja, os territórios onde estes grupos étnicos desenvolvem atividades fundamentais à sua reprodução física e cultural.

João Pacheco de Oliveira⁴⁴, na ideia formulada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), apresenta uma definição. Este autor considera que o termo "remanescente de Quilombo" trata de grupos com um legado, uma herança cultural e material, que permite uma referência no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Não se trata de grupos isolados e homogêneos, ou com

⁴² Apesar desta não ter sido exclusiva, pois a Assembleia Nacional Constituinte foi formada pelos representantes já eleitos sendo que ao Congresso Nacional foi dado o poder constituinte.

⁴³ Fundação Cultural Palmares (site www.minc.gov.br/fcp/) A unidade e complementariedade entre os artigos constitucionais são uma missão da Fundação Cultural Palmares. Esta almeja plenos direitos de cuidar das noções de proteção, acautelamento e defesa destas comunidades e dos seus territórios, uma vez que estes territórios se referem à memória e à identidade destes grupos, se configurando como Patrimônio Cultural brasileiro. A aproximação com estas comunidades que ponteiavam todo o Brasil e ao tratamento dispensado aos seus remanescentes, os "quilombolas", dependem de um mapeamento, contando com trabalhos científicos de várias áreas do conhecimento. A Fundação Palmares pretende conscientizar a sociedade brasileira da herança cultural deixada pelos quilombos, bem como estimular o desenvolvimento sustentado destas comunidades

⁴⁴ OLIVEIRA, João Pacheco ABA – Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais In: *Boletim Informativo do NUER – Regulamentação de Terras de Negros no Brasil* V. 1, nº 1, Florianópolis: UFSC-NUER (81-82),1996. p 81-82.

uma referência histórica comum, mas sim de grupos étnicos com um tipo de organização que confere a um pertencimento através de organização de normas e meios empregados para afiliação e exclusão⁴⁵. As terras são normalmente ocupadas em comum tomando laços de parentesco e vizinhança, e assenta-se em relações de solidariedade e parentesco. Todavia este conceito moderno abarca outras formas de organização que historicamente não eram reconhecidas como quilombos, tais como, “mocambos” e “deixas de terras”.

Quilombo é um conceito antigo, datado de 2 de dezembro de 1740, sendo parte de uma resposta do rei de Portugal ao Conselho Ultramarino, ao questionamento de que se tratava um quilombo, qual seja: que Quilombo era "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles"⁴⁶. Esta percepção ainda vigora no senso comum e em muitos trabalhos acadêmicos, quando na realidade este deverá ser entendido como algo mais amplo.

O senso comum indica que um quilombo é uma comunidade de escravos fugidos que unidos assentavam-se em um local de difícil acesso, para evitar a captura. Na realidade as maiorias das comunidades identificadas no sul do Brasil não correspondem a esta ideia. Assim se torna necessário explicar como sobreviveram estas comunidades, muitas próximas a centros urbanos de destaque no cenário histórico do Rio Grande do Sul. Os processos de escravização em todo o país apresentam peculiaridades regionais que diferenciam de Província para Província. A escravidão é, também, um estado jurídico do ser, estando imbricada no direto no processo legal que a cerca. Assim em cada município da Colônia ou do Império do Brasil existiam certas peculiaridades legais que definiam a ação sobre a escravidão e mesmo contra os processos de libertação empreendidos pelos escravos através de fugas ou outras formas de contraposição ao estado instituído. Compreender estes processos de contraposição com o uso do instrumental teórico – metodológico da Arqueologia poderá implementar uma nova visão do seja um quilombo no Rio Grande do Sul.

A proposta é escrever uma história que trata dos afrodescendentes a partir de seu olhar na dinâmica civilizatória no Brasil. Retoma as relações entre o Aiyê e o Orun. Retoma a força da comunicação africana no Brasil, elevar os modelos africanos⁴⁷ que estão expressos nos sítios. Recompõe o Axé (força circulante capaz de engendrar a criação da vida), escrevendo ou contando os Itans (histórias), dos

⁴⁵ BARTH, Fredrick- *Ethnic Groups and Boundaries* Universitets Forlaget, Oslo 1969 Apud OLIVEIRA, 1996: 82; BARTH, Fredrick “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” In.: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne *Teorias da Etnicidade*, 1ª reimpr., São Paulo: Ed. Unesp, (pp.185-227), 1998.

⁴⁶ MOURA, Clóvis. *Quilombos e rebelião negra*. 7ª ed, Tudo é História - Vol. 12, Brasiliense, São Paulo, 1987. p. 16.

⁴⁷ LUZ, 1995: 92-6

que viveram aqui, e lutaram para manter Grios (contador de histórias que mantém a vida da memória de uma aldeia lembrando-a desde a origem). Fortalece o Egbe (comunidade) dos afrodescendentes no Sul do Brasil, no contar as lutas dos Egungun (ancestrais falecidos protetores da comunidade, guardiões da tradição e da moralidade). Recria a imaginário africano no Brasil.

Referências

ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

BARTH, Fredrick- *Ethnic Groups and Boundaries* Universitets Forlaget, Oslo 1969 Apud OLIVEIRA, 1996: 82; BARTH, Fredrick “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” In.: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne *Teorias da Etnicidade*, 1ª reimpr., São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p.185-227.

BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)*, Grafosul – IEL: Porto Alegre, 1976.

BENTO, Maria A S. *Cidadania em preto e branco*, Ed. Ática, SP, 2001.

BORDIEU, Pierre *O poder simbólico*. 4ª ed., Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2001.

CARLE, Cláudio B. *Assentamentos negros no Rio Grande do Sul. A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX*. (tese), Porto Alegre: PUCRS-IFCH-PPH, 2005.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

FERNANDES, Florestan “O mito da democracia racial” In.: SEFFNER, Fernando. *Presença negra no Rio Grande do Sul* EU/Porto Alegre:Porto Alegre, 1995.

FREITAS, Décio. *Escravidão de índios e negros no Brasil*, ICP/EST:Porto Alegre, 1980.

_____. *O escravismo Brasileiro*, ESTSLB/Vozes/ICP:Porto Alegre, 1980.

LEITE, Ilka B. (Org.) *Negros no sul do Brasil*, Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1996.

LUZ, Marco Aurélio. *AGADÁ, Dinâmica da civilização africano-brasileira.*, Salvador:SECNEB/CED-UFB, 1995.

- MACHADO, Nara H. N. - *A Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos* In.: Maestri, Mário (org) Anais do I Simpósio gaúcho sobre escravidão negra - IN *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. XVI, n 1 e 2, 1990.
- MASABO, Dámaso. *Hácia el drama de los Grandes Lagos (1993-1997). Hacia la teología Bantú del sufrimiento*. Universidade Pontificia de Salamanca – Facultad de Teología, Salamanca, 2002.
- MATTOSO, Kátia *Ser escravo no Brasil*, Ed. Brasiliense:SP, 1982.
- MOURA, Clóvis. Quilombos e rebelião negra. 7ª ed, *Tudo é História* - Vol. 12, Brasiliense, São Paulo, 1987.
- OLIVEIRA, João Pacheco ABA – Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais In: *Boletim Informativo do NUER – Regulamentação de Terras de Negros no Brasil* V. 1, nº 1, Florianópolis: UFSC-NUER (81-82),1996.
- PORTILHO, Edison *Semana da consciência negra 2002*, PT: Porto Alegre, 2002.
- SILVA, Joseane Ambrunhosa de “A Casca: Herança e territorialidade” In LEITE, Ilka Boaventura *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis/Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.
- SILVA, Juremir .M. [2003] *Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito* Disponível em <http://leandromarshall.files.wordpress.com/2008/01/tecnologias-do-imaginc3a1rio1.pdf> Acesso em: abril de 2012.
- VALLOIS, Henri-V. *As raças humanas*, 3ª ed., Coleção Saber Atual, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

[recebido em: maio de 2012,
aceito em: julho de 2012]

Imaginário da tensão entre o Aiyê e o Orun, as faces da pesquisa sobre afrodescendentes

Resumo

Análise sobre os conflitos nos processos de pesquisa de comunidades afrodescendentes, no contexto da Teoria do Imaginário (Durand,1997), no Rio Grande do Sul e sua ruptura a partir da aceitação dos modelos de interpretação oriundas do imaginário africano, aqui efetivadas pela relação Aye-Orun.

Palavras-chave:

Religiões Afrobrasileiras. consciência negra.

The imaginary of the tension between Aye and Orun, the faces of the research on afro descents

Abstract

Analysis on the conflicts in the processes of research communities of African descent in the context of the Theory of the Imaginary (Durand, 1997), in Rio Grande do Sul and its break from the acceptance of models of interpretation arising from the imaginary African effected here by the ratio Aye -Orun.

Keywords:

Religiões Afrobrasileiras. consciência negra.